

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.434.298 - SP (2019/0287855-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JOSE FRANCISCO VENTURA BATISTA**  
**ADVOGADO : JOSÉ FRANCISCO VENTURA BATISTA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP291552**  
**AGRAVADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto diretamente no Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 1.015 do CPC, contra decisão do relator que indeferiu o pedido de antecipação de tutela em ação popular.

É o relatório. Decido.

O referido recurso não prospera.

O agravo de instrumento destina-se, primordialmente, a atacar decisões interlocutórias proferidas por juízes de primeiro grau de jurisdição.

Conforme preceitua o art. 1.021 do CPC, “contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado”.

A interposição equivocada de recurso quando há expressa disposição legal e inexistente dúvida objetiva constitui manifesto erro grosseiro.

Portanto, é inaplicável ao caso o princípio da fungibilidade, que “pressupõe dúvida objetiva a respeito do recurso a ser interposto, inexistência de erro grosseiro e observância do prazo do recurso correto, o que não ocorre na espécie” (AgRg nos EREsp n. 1.357.016/RS, relator Ministro Ari Pargendler, Primeira Seção, DJe de 2/8/2013).

Registre-se que as hipóteses de agravo para o Superior Tribunal de Justiça são apenas aquelas previstas nos arts. 1.027, § 1º, e 1.042 do CPC.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do STJ, **não conheço do recurso.**

Quanto ao pleito de tutela provisória, a admissibilidade da concessão de efeito suspensivo requerido pela parte está intrinsecamente vinculada à possibilidade de êxito do recurso. No caso, considerando o não conhecimento deste recurso, tendo vista o seu não cabimento, **julgo prejudicada a concessão do efeito suspensivo.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

